

PM do DF vai aprimorar formação da tropa

Em 98, para ser soldado, serão necessários o 2^a grau e estudar filosofia e ética

Leandro Fortes

• **BRASÍLIA.** A partir do ano que vem, os candidatos a soldado da PM do Distrito Federal terão que ter Segundo Grau completo; além disso, o curso de formação de oficiais passará de três para quatro anos, incluindo disciplinas como filosofia, sociologia, ética e antropologia. A PM de DF fechou também um convênio com a Universidade de Brasília (UnB) para descobrir, por meio de uma pesquisa de opinião, como a população de Brasília se sente em relação ao trabalho de sua polícia.

Segundo o secretário José Gregori, a PM do DF é considerada uma das mais criativas do país, mas há muitas iniciativas semelhantes em outros estados. A Secretaria de Direitos Humanos do Governo federal está terminando um levantamento sobre todas as iniciativas feitas pelas PMs de todo o país para, até o fim do mês, apresentar um documento consolidado à Comissão de Reestruturação das Polícias, a ser instalada ainda esta semana. A PM do DF já desponta como modelo, segundo o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, que presidirá a comissão.

Comissão avaliará também as polícias civis de todo o país

Segundo o coronel João Vítola, diretor de comunicação da PM do DF, o aperfeiçoamento do processo de seleção e de formação de soldados, cabos, sargentos e oficiais é uma forma mais coerente de se resolver o problema da violência policial. Segundo ele, os 14 mil militares que servem hoje à corporação também vão passar por cursos de reciclagem.

— Não há necessidade de desmilitarização, mas de profissionalização. A hierarquia militar é importante para o cumprimento de ordens. Em muitos casos, a hierarquia na vida civil é muito mais forte do que na vida militar — explicou o coronel Vítola.

A Comissão de Reestruturação das Polícias, embora vá se dedicar principalmente à questão das PMs, também estudará a situação das polícias civis estaduais. Gregori acredita que, a partir de uma coleta geral de informações, o Governo federal poderá suprir a comissão de subsídios para estabelecer um diagnóstico da violência policial brasileira. A comissão terá um prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, a partir de sua

instalação para fazer esse diagnóstico e analisar as propostas. A primeira delas será a proposta de emenda constitucional do governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), que transfere para a Polícia Civil o policiamento de rua, hoje feito pela PM.

— A Constituição de 1988, talvez por excesso de zelo, determinou a forma de organização das polícias, o que atrapalha os projetos de reestruturação. Talvez tenhamos que tirar isso da Constituição — disse Gregori.

A comissão terá representantes de vários ministérios, das polícias militar e civil, da OAB e dos ministérios públicos estaduais e federal. O secretário Gregori informou que a comissão será

orientada por especialistas da área de segurança pública, do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e da Inspeção Geral do Exército, órgão responsável pelo controle do efetivo e do armamento das PMs no Brasil.

No próximo dia 26 o Ministério da Justiça patrocinará um encontro com os comandantes das PMs de todos os 27 estados e do Distrito Federal para iniciar uma discussão global sobre o sistema de segurança pública brasileiro. Segundo Gregori, cada um dos comandantes apresentará as experiências inovadoras realizadas nos estados e os seus resultados práticos junto às populações locais. ■